



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TRABALHO  
E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA  
LITERATURA**

Almir Gabriel da Silva Fonseca<sup>1</sup>; Cléverson Vasconcelos da Nóbrega<sup>2</sup>

Picos-PI,  
2023

---

<sup>1</sup> *Graduando em Administração pela UFPI*

<sup>2</sup> *Professor da UFPI, Doutor, Orientador*

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**  
**Biblioteca José Albano de Macêdo**

F676t Fonseca, Almir Gabriel da Silva

Transição demográfica e as políticas públicas para o trabalho e previdência social no Brasil : uma revisão sistemática da literatura [recurso eletrônico] / Almir Gabriel da Silva Fonseca – 2023

21 f.

1 Arquivo em PDF

Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-  
CSHNB

Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Bacharelado Administração, Picos, 2023.

“Orientador: Dr. Cléverson Vasconcelos da Nóbrega.”

1. Envelhecimento – mercado de trabalho. 2. Organizações. 3. Políticas públicas. I. Nóbrega, Cléverson Vasconcelos da. II. Título.

**CDD 342.698 1**

*Maria José Rodrigues de Castro CRB 3: CE-001510/O*



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

Rua Cicero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos – PI.  
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



**PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA**  
**DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**ALMIR GABRIEL DA SILVA FONSECA**

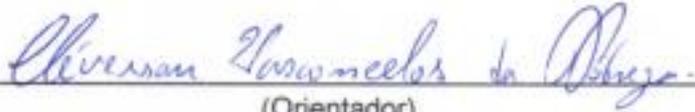
**TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O**  
**TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UMA REVISÃO**  
**SISTEMÁTICA DA LITERATURA**

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeira, considera a discente como:

- Aprovado(a)**  
 **Aprovado(a) com restrições**

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 24 de março de 2023.

  
(Orientador)

  
(Membro 1)

  
(Membro 2)

## RESUMO

O Brasil tem passado por uma considerável transformação demográfica no que se refere ao aumento da longevidade populacional onde, conseqüentemente, inúmeros desafios para as políticas públicas nacionais relacionadas ao envelhecimento da sociedade tomaram importante lugar nas discussões em âmbito nacional. Assim, com base na problemática: de que forma a literatura aborda as políticas públicas brasileiras ao passo em que são articuladas para atender às necessidades da pessoa idosa no âmbito do trabalho e previdência social? O estudo objetivou explicar, a partir de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), a relação entre Estado, sociedade e as políticas públicas para o trabalho e da previdência social no Brasil. O método trata-se de uma RSL, de natureza qualitativa, considerada uma modalidade de pesquisa que segue protocolos específicos, buscando assim dar logicidade ao estudo de um grande *corpus* documental. Como resultados identificou-se que, se políticas públicas assertivas forem desenvolvidas/adequadas e direcionadas para os idosos, elas podem tornar-se um fator propulsor do bem-estar da sociedade. Pois, mediante o fomento ao envelhecimento ativo através do emprego, podem resolver ou minimizar parte dos efeitos descritos como negativos ocasionados pelo processo de envelhecimento e, conseqüentemente, fomentar o crescimento econômico dos países. Concluiu-se que os estudos e pesquisas acadêmicas das áreas de administração e gestão de políticas públicas, publicadas e disponíveis na literatura científica, apontam para a necessidade de uma melhor observância dos governos, nacional e estaduais, para a criação de políticas específicas para a pessoa idosa de modo a incentivar o chamado envelhecimento ativo no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Envelhecimento; Mercado de trabalho; Organizações; Políticas públicas.

## ABSTRACT

Brazil has been going through a considerable demographic transformation regarding the increase in population longevity, which has consequently led to numerous challenges for national public policies related to aging society taking an important place in national discussions. Thus, based on the problem: how does literature address Brazilian public policies as they are articulated to meet the needs of the elderly in the workplace and social security? The study aimed to explain, through a Systematic Literature Review (SLR), the relationship between State, society, and public policies for work and social security in Brazil. The method is a qualitative SLR, considered a research modality that follows specific protocols, thus seeking to give logic to the study of a large documentary corpus. As results, it was identified that if assertive public policies are developed/adequate and directed towards the elderly, they can become a driving force for the well-being of society. By fostering active aging through employment, they can solve or minimize some of the effects described as negative caused by the aging process and, consequently, promote the economic growth of countries. It was concluded that academic studies and research in the areas of public policy administration and management, published and available in the scientific literature, point to the need for better observance by national and state governments to create specific policies for the elderly in order to encourage active aging in the labor market.

**Keywords:** Aging; Labor market; Organizations; Public policies.

## 1 INTRODUÇÃO

Em conformidade com vários outros países, principalmente europeus, o Brasil tem constatado, desde a virada do século XX para o XXI, uma crescente e considerável transformação demográfica no que se refere ao aumento da longevidade populacional onde, conseqüentemente, inúmeros desafios para as políticas públicas nacionais relacionadas ao envelhecimento da sociedade tomaram importante lugar nas discussões em âmbito nacional (CARVALHO; GARCIA, 2003; BELTRÃO; CAMARANO; KANSO, 2004).

Segundo dados obtidos através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018), o Brasil ultrapassou, no ano de 2017, a marca histórica de 30,2 milhões de idosos, correspondente a 10% da população. Assim, a previsão é de que até 2034, a população de idosos brasileiros alcance 15% do percentual populacional total. Mediante isto, tornou-se comum encontrar nas produções científicas nacionais estudos desenvolvidos por pesquisadores que visam investigar de que forma as políticas públicas no Brasil abordam áreas específicas a exemplo das políticas para o trabalho, previdência e seguridade social (SATO; LANCMAN, 2020; GOMES; PAMPLONA, 2015; LIMA; HELAL, 2013; LOCATELLI; FONTOURA, 2013).

Deste modo, o trabalho resgata os conceitos de Estado, sociedade e, conseqüentemente, políticas públicas por estarem diretamente relacionados de forma a propiciar a formulação de uma concepção ampla quanto ao aparelho estatal e suas obrigações para com as populações contidas no domínio da nação, neste caso em específico, a pessoa idosa. Para tanto, vale enfatizar a definição de política pública como sendo um instrumento que apresenta uma concepção holística da gestão pública quanto aos eventuais problemas sociais. Desta forma, o Estado também pode ser reconhecido como o local de debate e resolução dos problemas existentes em uma determinada sociedade e que apresenta a política pública como responsável pela identificação, planejamento e solução destes problemas através de uma ação estratégica que envolva sociedade e Estado mutuamente (DIAS; MATO, 2012). Concomitante a isto, o Estado executa um papel central relacionado à articulação dos demais entes da sociedade e do mercado como um todo, sendo ele global ou local, na criação e na execução de novas políticas públicas, e, assim, assegurando a sua governabilidade e governança.

Portanto, para esta pesquisa, estabeleceu-se a seguinte problemática: de que forma a literatura aborda as políticas públicas brasileiras ao passo em que são articuladas para atender às necessidades da pessoa idosa no âmbito do trabalho e previdência social? Desta forma, objetivou-se explicar, a partir de uma Revisão Sistemática da Literatura, a relação entre Estado, sociedade e as políticas públicas para o trabalho e previdência social no Brasil. Ainda, neste estudo, estabeleceu-se como objetivos específicos: apresentar os principais conceitos que envolvem a área da gestão de políticas públicas; relacionar o papel do Estado, através da administração pública, com a manutenção e formulação de políticas públicas para os idosos, frente ao aumento da longevidade constatado no Brasil; identificar os impactos/benefícios que a implementação (ou a não implementação) destas políticas provocam para a pessoa idosa.

O estudo parte do contexto da materialização da Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994, intitulada Política Nacional do Idoso (PNI), que viabilizou a criação do órgão conhecido como Conselho Nacional do Idoso (CNI) que envolve as instituições governamentais, não-governamentais e sociais na tomada de decisões. Esta política objetivou garantir e assegurar os direitos sociais da pessoa idosa, dentre eles, o trabalho, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade (ROCHA; DIAS, 2013).

Desta forma, a justificativa para o estudo ocorre em meio aos muitos desafios e tensões que suscitam o campo, uma vez que, se por um lado, a maioria dos países desenvolvidos tiveram cerca de 100 anos para se preparar para o envelhecimento de suas populações, o Brasil enfrentou

esse mesmo processo de transição demográfica em um quarto desse tempo (BELTRÃO; CAMARANO, 2004). Portanto, torna-se necessário investigar e conhecer os caminhos pelos quais o Brasil, mediante os órgãos responsáveis da gestão pública nacional, busca superar estes desafios através da manutenção e formulação de políticas públicas para a crescente população idosa.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), de natureza qualitativa, considerada uma modalidade de pesquisa que segue protocolos específicos, buscando assim dar logicidade ao estudo de um grande *corpus* documental (GALVÃO; RICARTE, 2020).

Os caminhos metodológicos pelos quais se estabeleceu a construção deste trabalho são caracterizados pelas seguintes etapas: pesquisa nas bases de dados; seleção dos estudos; avaliação crítica dos estudos tomando como base os objetivos propostos; análise dos dados, resultados e elaboração do artigo; avaliação e sugestões; revisão final a partir de sugestões do orientador. Vale ressaltar que a problemática/pergunta norteadora deste estudo foi elaborada mediante a utilização da Estratégia PICO, acrônimo que define para P: população; I: intervenção; C: comparação/controle; O: desfecho/*outcome*, conforme demonstrado no Quadro 01.

**Quadro 01 - Elementos da pergunta norteadora com base na estratégia PICO.**

ACRÔNIMO	DEFINIÇÃO	DESCRIÇÃO
<b>P</b>	População de interesse	Pessoa idosa.
<b>I</b>	Intervenção	Manutenção e criação de novas políticas públicas para o trabalho e previdência social.
<b>C</b>	Comparação	Leis, prerrogativas e normativas estabelecidas na Constituição Federal do Brasil de 1988 e a Política Nacional do Idoso de 1994.
<b>O</b>	Desfecho	Identificação das principais articulações resultantes da literatura existente.

**Fonte:** Adaptado de Wyatt, J; Guly, H (2002).

De modo a otimizar o processo de operacionalização da pesquisa, utilizou-se o *software State of the Art through Systematic Review (StArt)*, desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de *Software* (LAPES), do Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), de modo a auxiliar no planejamento da pesquisa e execução das etapas subsequentes até o alcance dos resultados da RSL (CERRÃO; CASTRO; JESUS, 2018).

Para a seleção dos artigos utilizou-se a estratégia de busca: “Políticas públicas” *OR* “Políticas sociais” *AND* “Trabalho” *AND* “Idosos” nas seguintes bases de dados: *SciELO Citation Index (Web of Science)* e *Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL)*. As exclusões dos artigos foram baseadas na não observação aos seguintes critérios: artigos publicados em português, entre o período de janeiro de 2002 e junho de 2022 - período este que contempla a virada para o século XXI e evidencia as reformas previdenciárias ocorridas nos governos Lula, Dilma e Bolsonaro - com disponibilidade de texto completos nas respectivas bases de dados, sendo excluídos trabalhos acadêmicos ou pesquisas publicadas em anais de congressos ou conferências.

Realizou-se a consulta às respectivas bases de dados estabelecidas, entre o período de julho e agosto de 2022, mediante o acesso remoto da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), disponibilizado através do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES/MEC, recurso este disponibilizado apenas para docentes e discentes de instituições de ensino superior, viabilizando assim o acesso livre aos documentos publicados de todas as áreas do conhecimento para fins de pesquisas acadêmicas.

**Quadro 02 - Resultado parcial da seleção de estudos para inclusão na revisão da literatura.**

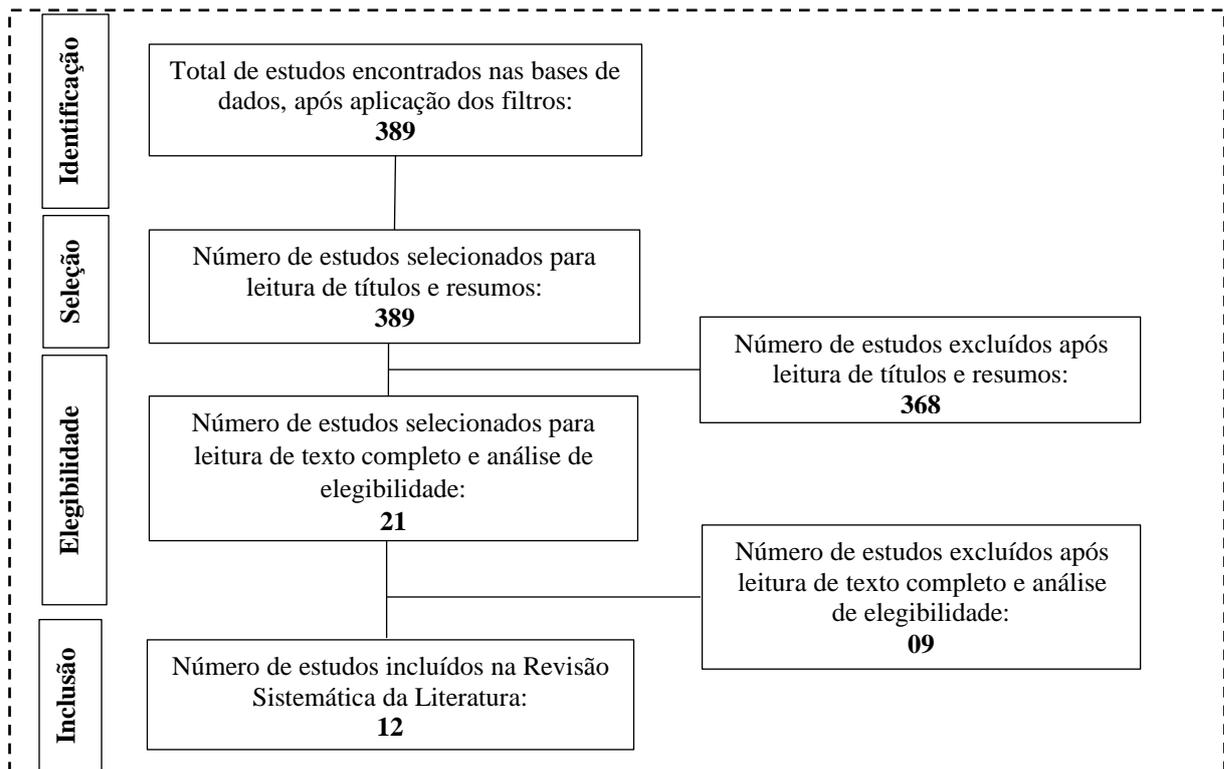
BASE DE DADOS	REGISTRO DE BUSCA	ENCONTRADOS	APÓS CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
<i>SciELO</i>	“Políticas públicas” OR “Políticas sociais” AND “Trabalho” AND “Idosos”	1.622	65
<i>SPELL</i>	“Políticas públicas” OR “Políticas sociais” AND “Trabalho” AND “Idosos”	558	324

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

O Quadro 02 expõe que, ao aplicar a estratégia de busca na base *SciELO Citation Index (Web of Science)*, obteve-se um total de 1.622 resultados (estudos encontrados). Ao refinar a busca mediante os critérios de exclusão estabelecidos por período (2002 - 2022); tipos de documentos (artigos de pesquisa e revisão); categorias (gestão e administração pública); país (Brasil) e idioma (português), obteve-se um total de 65 resultados. Já na base *Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL)*, aplicando a estratégia de busca completa obteve-se um total de 558 resultados. Ao refinar a busca utilizando os filtros de período de publicação (2002 – 2022); tipo de documento (artigo); área de conhecimento (administração) e idioma (português), obteve-se um total de 324 resultados.

Em específico, o percurso realizado mediante a implementação da estratégia de busca nas respectivas bases de dados para seleção dos artigos incluídos na RSL foi devidamente organizado por meio do fluxograma *PRISMA*, mediante a recomendação *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (WARD; USHER-SMITH; GRIFFIN, 2019)*, a fim de melhor descrever, de maneira visual, o percurso pelo qual a busca foi executada. O mesmo pode ser visualizado na Figura 01.

**Figura 01 - Fluxograma de seleção dos estudos primários, de acordo com a recomendação *PRISMA*.**



Fonte: Adaptado de Ward *et al* (2019).

Na totalidade, após aplicação dos critérios de exclusão, foram encontrados 389 artigos publicados. Não foram encontrados estudos duplicados, que consideram as repetições nas bases de dados. Posteriormente, iniciou-se a leitura criteriosa dos respectivos títulos e resumos, sendo excluídos mais 368 após essa etapa por não se adequarem aos objetivos deste estudo. Procedeu-se então para as leituras de texto completo e análise de elegibilidade dos 21 artigos restantes, dos quais 09 foram excluídos por não se enquadrarem na temática específica aqui abordada, de modo a responder a problemática e objetivos estabelecidos para esta pesquisa. Por fim, foram selecionados 12 estudos para análise: *SciELO Citation Index (Web of Science)* (02); *Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL)* (10).

### 3 O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO E AS POLÍTICAS PARA OS IDOSOS: CONTEXTO, CONCEITOS E NUANCES

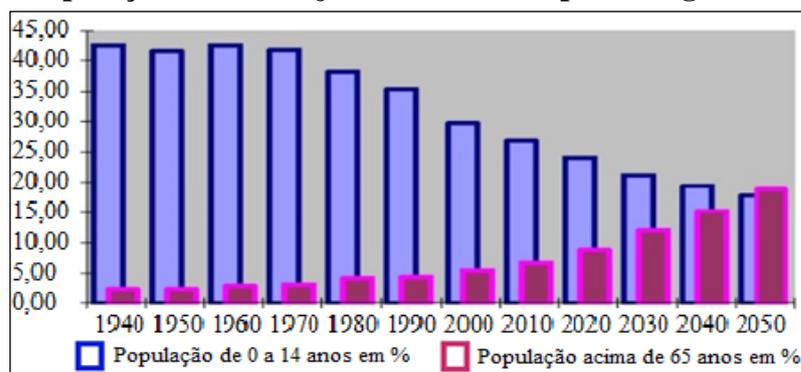
#### 3.1 Transição demográfica no Brasil

Desde o início dos anos 1950, marco que precede o fim da segunda guerra mundial, os notórios avanços da ciência e da medicina, além das melhorias no saneamento básico e na saúde pública, incentivaram o favorecimento das condições de vida da população brasileira. Concomitante a isto, as taxas de mortalidade foram diminuindo, provocando, assim, um aumento da expectativa de vida no país (NASCIMENTO; DIÓGENES, 2020). Assim, tem-se início a chamada primeira fase da transição demográfica no Brasil, na qual constatou-se fatores decrescentes nas taxas de mortalidade infantil, ao passo que se mantinha em alta a taxa de fecundidade, incentivando o aumento da população.

Entretanto, já no início dos anos de 1970, este cenário passa a se inverter a partir do momento em que se verifica o decréscimo da taxa de fecundidade, acarretando na desaceleração do crescimento populacional brasileiro. Já no início dos anos 2000, o Brasil sofre uma mudança acentuada na estrutura etária da sua população com a diminuição do número de jovens e o de idosos a crescer constantemente (NASCIMENTO; DIÓGENES, 2020).

De acordo com o IBGE (2018), essa nova estrutura etária da população brasileira, que se acentuará ainda mais até 2050, acarretará inúmeros desafios para as políticas públicas brasileiras, principalmente em relação ao público idoso. Uma vez que estas políticas públicas, tais como as de saúde e previdência social, passarão a ter um número crescente de demandantes, ocasionando como consequência a necessidade de os governos destinarem mais recursos à saúde dessa massa populacional.

**Gráfico 01 - População brasileira jovem e idosa em porcentagem de 1940 a 2050.**



Fonte: Secretaria de Previdência (2019).

O Gráfico 01 ilustra a projeção dessa variação crescente da população idosa, de 65 anos ou mais no Brasil, entre os anos de 1940 e 2050, em detrimento do percentual da população jovem de 0 a 14 anos de idade, onde se prevê que essa característica da estrutura populacional brasileira ocasionará problemas para o sistema previdenciário. Segundo Nascimento e Diógenes (2020), o sistema não está adequado à esta nova situação demográfica do Brasil, no qual o chamado regime de repartição<sup>3</sup> simples necessita, para a sustentabilidade do sistema previdenciário brasileiro, que haja um equilíbrio entre os pagamentos de benefícios e as contribuições da população ativa- equilíbrio este difícil de se alcançar, dada a desproporcionalidade crescente entre população ativa e inativa no mercado de trabalho.

**Gráfico 02 - Déficit nominal do RGPS entre 2011 e 2017 (em milhões).**



Fonte: Brito (2007).

Os dados expostos no Gráfico 02 já constataam e demonstram, mediante os respectivos e crescentes *déficits* do Regime Geral de Previdência Social do Brasil, entre os anos de 2011 e 2017, a insustentabilidade dada a desproporcionalidade entre contribuintes e a população inativa.

### 3.2 O papel das políticas públicas e sua relevância social

Maximiano (2020) explica que existem diversas definições aplicáveis às políticas públicas, as quais podem focar no papel dos agentes públicos, no protagonismo da própria sociedade ou na colaboração efetiva entre o poder estatal e a sociedade. Porém, de modo conceitual, sabe-se que políticas públicas são caracterizadas por um conjunto de ações, programas, planos e metas a serem desenvolvidas pelo poder público, prezando pela finalidade de alcançar um bem-estar através da satisfação do interesse social (ROCHA; DIAS, 2013).

Para tanto, tem-se que os estágios necessários para a criação de políticas públicas correspondem a: formação da agenda; formulação de políticas; escolha de ações; implementação; execução e avaliação a partir de um olhar crítico social, ou seja, da população a ser atingida por determinada política (MAXIMIANO, 2020). Assim, é notório que a manutenção e implementação de novas políticas públicas de cunho social, que prezam pela abrangência das necessidades populacionais, constituem grande valia para o alcance da satisfação popular e do bem-estar social tão necessário para a governabilidade do poder público.

Tomando como exemplo a política que implementou a Previdência Social Brasileira, esta constitui um seguro social, beneficiando de forma monetária as pessoas caracterizadas como em situação de vulnerabilidade econômica, cobrindo assim riscos genéricos ou

<sup>3</sup> Há, comumente, nos sistemas previdenciários, duas formas de captar fundos, através do Regime de Repartição ou Capitalização. No primeiro, prevalece a solidariedade entre os contribuintes, ou seja, os trabalhadores que estão ativos, contribuem para o pagamento daqueles que estão inativos/aposentados. No segundo, o próprio trabalhador é quem durante toda a sua fase laborativa irá contribuir para o seu próprio benefício futuro.

específicos oriundos de eventualidades futuras, objetivando assim amenizar e/ou evitar a pobreza entre os indivíduos que não conseguem exercer suas atividades laborais por motivo de saúde, garantindo desta forma a concessão de renda aos seus segurados, outrora contribuintes, que passaram a ser beneficiários, em modo temporário, ou aposentados de maneira permanente (ROCHA; DIAS, 2013; SILVA, 2012).

Portanto, políticas efetivas tais como esta anteriormente mencionada, de cunho assistencialista e de amparo social, constituem grande valia para a sociedade ao responder às expectativas e necessidades populares que, constitucionalmente, devem ser assistidas pelo poder público responsável por promover o bem-estar social (OLIVEIRA, 2006).

### **3.3 Previdência Social Brasileira: reformas e políticas para a pessoa idosa**

Em termos constitucionais sabe-se que “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência<sup>4</sup> e à assistência social” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, não paginado). Para tanto, desde que precedida de contribuição, tendo por meta a cobertura dos eventos específicos tais como de doença, invalidez, morte, idade avançada, afastamento decorrente da maternidade, desemprego involuntário e, para os que têm baixa renda, reclusão e acréscimo das despesas familiares pela existência de filhos menores.

Especificamente, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) abrange os trabalhadores da iniciativa privada e os servidores públicos celetistas, é de filiação obrigatória, garantindo cobertura em caso de ocorrências que tirem a capacidade para o trabalho. A filiação ao RGPS é facultativa para trabalhadores autônomos, tendo que se inscrever e contribuir mensalmente ao regime para os que optam por essa modalidade.

Por sua vez, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) contempla todos os servidores públicos de cargo efetivo, sendo eles da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, e os militares dos Estados e do Distrito Federal. Possui filiação obrigatória, são organizados e administrados em cada ente federativo, com exceção dos militares federais, cujos RPPSs são administrados pelo Governo Federal (SILVA, 2013).

Já a Previdência Complementar, sendo esta pública e privada, é organizada de maneira autônoma frente ao Regime Geral de Previdência Social, tendo também a sua filiação como sendo facultativa (art. 202 da CF/88). A intenção de quem procura se filiar a esse tipo de previdência é aumentar o valor monetário do seu benefício ao se aposentar. Na modalidade pública, este regime pode ser aderido por todo e qualquer cidadão, enquanto na modalidade privada aceita apenas pessoas que integram alguma empresa ou conglomerado.

#### *3.3.1 Reformas Previdenciárias do século XXI*

Uma das grandes reformas previdenciárias ocorridas no Brasil foi implementada mediante a instauração das Emendas Constitucionais nº 41/2003 e nº 47/2005, no final do primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. A mesma foi motivada, dentre outros fatores, pelo alto *déficit* da Previdência Social que continuou em crescimento ao longo dos anos, principalmente a parcela advinda do Regime Próprio de Previdência Social (NASCIMENTO; DIÓGENES, 2020). Dentre as principais mudanças destacam-se as relacionadas justamente ao RPPS, com a criação da contribuição previdenciária para inativos e a imposição do teto na concessão dos benefícios dos servidores públicos.

---

<sup>4</sup> A Previdência Social Brasileira está organizada em três tipos de regimes previdenciários: Regime Geral de Previdência Social - RGPS (INSS); Regime Próprio de Previdência Social- RPPS (Servidores públicos efetivos) e a Previdência Complementar (pública e privada).

Mesmo com as mudanças significativas implementadas na reforma de 2005, a contínua ascensão do *déficit* previdenciário nos anos seguintes acarretou na elaboração e implementação de uma nova reforma no ano de 2015, durante o governo da presidente Dilma Vana Rousseff onde, mediante as Leis de nº 13.134/15, 13.135/15 e 13.183/15, foram alteradas regras tais como a da concessão do seguro desemprego e do abono anual (Lei nº 13.134/15). Já as mudanças decorrentes da Lei 13.135/15 foram verificadas principalmente na pensão por morte, no auxílio doença e no tempo exigido de união estável ou de casamento para o pagamento da pensão ao cônjuge beneficiário. Em seguida, decorrente da Lei 13.183/15, foi implementada a regra conhecida como 85/95, referente a soma da idade mais o tempo de contribuição para mulheres e homens, respectivamente, para a concessão da aposentadoria integral.

Por sua vez, a reforma previdenciária ocorrida durante o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, por meio da instauração da Emenda Constitucional 103/2019, listou inúmeras mudanças das quais podem ser destacadas a implementação gradual de uma idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, com tempo mínimo de contribuição de 15 anos para mulheres e 20 para homens no setor privado, 20 anos para homens e mulheres no caso de servidores públicos, embora com várias regras de transição, tanto para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) como para os servidores públicos federais. Nota-se também a continuidade da convergência entre o RGPS e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) com a obrigatoriedade da instituição da Previdência Complementar. Também foi estabelecida uma profunda reestruturação das alíquotas de contribuição, de forma a tornar o sistema mais progressivo.

O Quadro 03, apresentado a seguir, resume as principais medidas implementadas mediante emendas à Constituição Federal do Brasil de 1988 e Leis que refletiram em reformas previdenciárias realizadas ao longo dos três últimos governos que estiveram à frente do poder executivo nacional.

**Quadro 03 - As reformas previdenciárias (2003 - 2019) e suas principais medidas.**

GOVERNO	REFORMA PREVIDENCIÁRIAS	PRINCIPAIS MEDIDAS
Governo Lula (2003 - 2010)	Emendas Constitucionais nº 41/2003 e a nº 47/2005	Criação da contribuição previdenciária para inativos e a imposição do teto na concessão dos benefícios dos servidores públicos.
Governo Dilma (2011 - 2016)	Leis nº 13.134/15, 13.135/15 e 13.183/15	Implementação da regra 85/95, referente a soma da idade mais o tempo de contribuição para mulheres e homens respectivamente, para a concessão da aposentadoria integral.
Governo Bolsonaro (2019 - 2022)	Emenda Constitucional 103/2019	Implementação gradual de uma idade mínima para aposentadoria de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, com tempo mínimo de contribuição de 15 anos para mulheres e 20 para homens no setor privado, 20 anos para homens e mulheres no caso de servidores.

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023).

Todas estas reformas mencionadas implementaram medidas que afetam a população inativa no mercado de trabalho que, em sua grande maioria, resumem-se nos idosos brasileiros. Os quais passam a depender dos recursos da Previdência Social ao atingirem tempo de contribuição suficiente para lhe assegurar a aposentadoria integral, seja ele servidor público ou privado.

### *3.3.2 A pessoa idosa e as políticas públicas no âmbito do trabalho*

É notório que, para que haja a formulação de novas políticas públicas, a demarcação e consequente classificação de grupos populacionais específicos é extremamente importante. Mediante esta prática torna-se possível identificar futuros beneficiários para os quais serão focalizados recursos e concedidos direitos (CAMARANO, 2004). Para tanto, a forma mais comum de classificação baseia-se no limite etário que, no Brasil, de acordo com a definição da Política Nacional do Idoso (Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994) e o Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003), considera-se pessoa idosa o indivíduo que possuir 60 anos ou mais. Porém, diversos paradigmas, majoritariamente compostos por aspectos negativos e baseados em preceitos capitalistas, alimentam uma percepção equivocada a respeito do indivíduo idoso, que é tido como dependente e vulnerável em termos econômicos, de saúde e autonomia, sem papéis sociais. Esta visão limitada dos idosos, taxados como frágeis e dependentes, resultam nas políticas públicas de assistência que acabam por reforçar, de certa forma, essa tal dependência.

De fato, ao longo das últimas décadas, os idosos têm ganhado lugar de protagonismo nas organizações por apresentarem experiências diferenciadas de mercado, porém, infelizmente, em meio a sociedade capitalista, os indivíduos, de maneira geral, costumam ser valorizados de acordo com sua capacidade e consequente disposição para produzir e gerar ganhos para as organizações, contribuindo para com o acúmulo do capital. Assim, o indivíduo idoso, especialmente aqueles destituídos de propriedade e em decorrência natural de suas fragilidades orgânicas, naturalmente costuma ser colocado à margem do mundo do trabalho, passando a ser considerado um “fardo” e improdutivo (SANTOS; NASCIMENTO, 2020; ALVES, 2019).

Ainda, o constatado crescimento da população idosa no Brasil acarreta um peso sobre a população ativa, em termos de trabalho, composta pelos indivíduos mais jovens que contribuem para com o sistema previdenciário. Notoriamente, é obrigação do Estado garantir o benefício dos idosos que já contribuíram ao longo de sua vida laborativa. Porém, ao passo em que se verifica essa crescente no número de idosos em detrimento da diminuição da população ativa, justifica-se a “crise do envelhecimento” pelo fato dos idosos serem considerados grandes consumidores de recursos públicos tais como os benefícios previdenciários e serviços de saúde (CAMARANO, 2004). Assim, a chamada Universalização da Seguridade Social, recorrente em vários países do mundo, inclusive no Brasil assegurada pela Constituição Federal de 1988, implica aspectos que permitem que os idosos brasileiros sejam vistos como indivíduos privilegiados pelas políticas de proteção social, sendo julgados também como responsáveis pelos crescentes e insustentáveis gastos que pressionam as contas públicas.

Desta forma, traz-se à discussão o dilema entre trabalho e a aposentadoria, assegurada pela previdência social, para a população idosa brasileira. Dilema este que possui bases em questões sociais, mediante o fato de a aposentadoria constituir um direito assegurado por Lei, e aspectos de trabalho, no que tange à visão capitalista já mencionada, e também social, que taxa os idosos como improdutivos para o mercado. Assim, constata-se também, que a hipótese de reinserção forçada do indivíduo idoso no mercado de trabalho pode transformar a chamada fase de aproveitamento da vida, em mais uma fase desgastante em plena velhice (ALVES, 2021; GRANDO; STURZA, 2016). Ainda, mesmo com a ressignificação da terceira idade na sociedade, esta, todavia, é vista como sendo uma etapa da vida improdutiva, sem utilidade produtiva para o mercado, mas sim dependente de serviços e insumos, ou do Estado pela aposentadoria e assistência por necessitar de condições específicas de vida (GRANDO; STURZA, 2016).

Mediante isto, inúmeras são as discussões e questionamentos que permeiam esse debate em busca de possíveis soluções. Para tanto, a Organização Mundial da Saúde (OMS) refere-se ao chamado envelhecimento ativo como sendo o processo mediante o qual se busca melhorar a qualidade de vida ao passo que a população envelhece de forma crescente, aprimorando assim áreas estratégicas tais como a saúde, segurança, participação no mercado de trabalho, seguridade social e educação. Desta forma, o envelhecimento ativo pode compensar, mesmo que de maneira mínima, o aumento dos custos com os benefícios de seguridade e assistência social, além de ajudar a garantir os direitos de cidadania do idoso e à igualdade de oportunidades para os que desejam continuar na vida ativa (OMS, 2002).

#### **4 RESULTADOS**

Como já evidenciado na sessão anterior, foram selecionados um total de doze estudos para compor a Revisão Sistemática da Literatura aqui apresentada, os quais se enquadraram favoravelmente nos critérios de busca, permanecendo após aplicação dos critérios de exclusão adotados.

De antemão, vale ressaltar que é notório o fato de que a maioria dos estudos aqui apresentados possuem seus conteúdos debruçados sobre os processos das políticas públicas que refletem na economia, trabalho, envelhecimento, previdência e a pessoa idosa na sociedade capitalista. Uma vez que já era esperada a evidência destas respectivas temáticas mediante a implementação da estratégia de busca adotada no método de pesquisa.

Para tanto, com o intuito de listar as especificidades dos artigos selecionados para embasar teoricamente a discussão aqui construída, foi elaborado o Quadro 4, exposto a seguir, objetivando apresentar a caracterização conforme seus códigos de identificação, autores, títulos, ano de publicação, metodologia, objetivos e principais achados observados e destacados nos respectivos trabalhos.

**Quadro 04 - Descrição dos artigos incluídos na pesquisa mediante implementação da estratégia de busca.**

<b>CÓDIGO/ AUTOR(ES)</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ANO</b>	<b>MÉTODO</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>PRICIPAIS ACHADOS</b>
<b>A1</b> ALMEIDA, L. A. G.; GOMES, R. C.	Processo das políticas públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas.	2018	Revisão bibliográfica de 3 modelos teóricos conhecidos na literatura, múltiplos fluxos, coalizões de advocacia e equilíbrio pontuado.	Contribuir com o entendimento do processo das políticas públicas a partir da sistematização de seus principais construtos.	A partir da sintetização e análise em cada modelo, levantamos reflexões teóricas apontando a composição de uma agenda de pesquisa: 1) a possibilidade de analisar a dinâmica do processo das políticas públicas; e 2) análise da capacidade de influência dos atores em função tanto dos recursos possuídos como das relações estabelecidas (coalizões e/ou redes).
<b>A2</b> CASSANDRE, M. P.; SENGER, C. M.; AMARAL, W. R.; NETA, E. V.	Políticas públicas para a geração de trabalho e renda: economia solidária no paradoxo entre oportunidade e oportunismo.	2013	Revisão bibliográfica, atrelada à coleta de dados secundários, que possibilitou preencher as lacunas interrogativas de forma qualitativa e exploratória.	Refletir sobre as iniciativas de economia solidária no Brasil e as políticas públicas para a geração de emprego e renda, analisando os empreendimentos da região do Vale do Ivaí-PR.	Os governos têm se esforçado para o desenvolvimento da economia solidária, sendo essa uma estratégia inteligente de cancelar outros modelos de organização que venham a minimizar os efeitos das políticas neoliberais, as quais privilegiam os interesses dos grupos econômicos mais poderosos enquanto cidadãos partem na busca de alternativas para a sua sobrevivência precária e limitada de vida digna.
<b>A3</b> COSTANZI, R. N.	As novas formas de exploração do trabalho no capitalismo contemporâneo e as políticas públicas de combate à desigualdade.	2005	Revisão crítica da literatura.	Analisar a nova forma de exploração do trabalho no capitalismo e seu impacto sobre a desigualdade.	As Políticas públicas de combate à desigualdade baseadas na democratização do capital humano apresentam importantes limitações, pois o mercado de trabalho capitalista está organizado de forma que existam vencedores e perdedores.
<b>A4</b> FARAH, M. F. S.	Temas emergentes em gestão e políticas públicas: tendências gerais.	2006	Revisão narrativa sobre temas emergentes em gestão e políticas públicas.	Identificar temas de análise relevantes para o campo de estudos de governos locais.	A agenda governamental e a agenda de decisão dos governos locais no Brasil passaram a incluir novos temas – novos campos de intervenção como a promoção das políticas públicas e novos processos de formulação e implementação de programas. Dentre estes temas, destacam-se políticas para a juventude e políticas com enfoque étnico e racial.
<b>A5</b> FREITAS, M. E.	Contexto, políticas públicas e práticas empresariais no tratamento da diversidade no Brasil.	2015	O estudo tem caráter exploratório, de natureza funcionalista e descritiva, contextualizada historicamente e sustentada em dados colhidos no Censo de 2010.	Responder a seguinte pergunta de pesquisa: “O que tem sido feito em relação a políticas públicas e práticas empresariais para se lidar com a diversidade na sociedade e nas organizações brasileiras?”.	Dentre os pesquisados, notou-se que os constituídos pelas pessoas com deficiências, pelas mulheres, pelos idosos e pelos afrodescendentes são os que têm as melhores definições de políticas públicas, estruturas organizacionais para operacionalizá-las ou mecanismos de proteção legal como ações afirmativas ou leis contra discriminação.
<b>A6</b> GOMES, P. S.; PAMPLONA, J. B.	Envelhecimento Populacional, Mercado de Trabalho e Política Pública de Emprego no Brasil.	2015	Revisão crítica da literatura, apresentando dados quantitativos descritivos e estatísticos de fontes secundárias.	Caracterizar o processo de envelhecimento populacional no Brasil e analisar suas consequências para o mercado de trabalho e a política pública de emprego.	Destacou-se que no Brasil os trabalhadores mais velhos e os idosos compõem um com significativas diferenças, logo, demandam política pública de emprego específicas, em relação ao restante da população tais como as políticas de permanência e reinserção dos idosos no mercado de trabalho que ocorre na OCDE.

<b>A7</b> LIMA, T. B.; HELAL, D. H.	Trabalho na terceira idade: uma revisão sistemática da literatura brasileira entre 2008 e 2012.	2013	revisão sistemática da literatura brasileira baseada na análise de oito dimensões.	Analisar a produção científica em Administração sobre o trabalho na terceira idade.	Os resultados revelam que a abordagem dada aos artigos em sua maioria é qualitativa, do tipo de pesquisa exploratória. Os autores dos artigos selecionados não produzem em quantidade significativa sobre o tema, ou seja, ainda são bem dispersos e pontuais os estudos do trabalho na terceira idade pelos próprios autores que realizam seus estudos nessa temática.
<b>A8</b> LOCATELLI, P. A. P. C.; FONTOURA, D. D. S.	Envelhecimento populacional e os estudos em Administração.	2013	Meta-análise qualitativa utilizando estudos da área de Administração sobre envelhecimento populacional.	Apresentar as discussões sobre envelhecimento empreendidas para a temática sobre Organizações, Trabalho e Desigualdades Sociais no Brasil.	Constata-se neste levantamento que, no âmbito organizacional, não existe lugar para o aposentado ou o trabalhador mais velho como funcionário, conseqüentemente, este passa a ser percebido como constituinte de um mercado consumidor potencial, revelando o caráter de instrumentalidade com que os idosos estão sendo tratados por esse campo de estudo.
<b>A9</b> NASCIMENTO, M. V.; DIÓGENES, V. H. D.	Transição Demográfica no Brasil: Um Estudo sobre o Impacto do Envelhecimento Populacional na Previdência Social.	2020	Utilização de técnica demográfica “padronização direta”, para estimar a taxa bruta de gastos previdenciários para analisar como se dará o comportamento dos gastos previdenciários em uma população idosa, como a que o Brasil vivenciará por volta de 2050.	Mostrar o impacto do envelhecimento populacional sobre os gastos com benefícios concedidos do Regime Geral da Previdência Social.	Uma das principais políticas públicas afetadas pelo envelhecimento populacional é o RGPS, como se baseia no regime financeiro de repartição simples, e, portanto, necessita da relação intergeracional entre contribuintes e beneficiários para se sustentar.
<b>A10</b> NATIVIDADE, E. A.; PEREIRA, J. R.; OLIVEIRA, V. A. R.	Gestão social de políticas públicas de geração de trabalho e renda: uma reflexão por meio das ações da secretaria nacional de economia solidária.	2011	Abordagem qualitativa, de natureza teórico-conceitual, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental como técnicas de pesquisa.	Refletir sobre a gestão de políticas públicas de geração de trabalho e renda, operacionalizada pelo Governo Federal por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes).	As PPES empreendidas pela Senaes representam uma nova concepção de política pública de geração de trabalho e renda. Um novo pensar sobre a formulação de política pública que se volta para outro tipo de desenvolvimento, como forma de minorar as desigualdades, por meio do aprimoramento de capacidades e fomento às atividades produtivas que se desenvolvem como alternativas às disfunções da economia capitalista e da desestruturação do mercado de trabalho formal.
<b>A11</b> OLIVEIRA, J. A. P.	Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas.	2006	Revisão narrativa sobre os desafios do planejamento e implementação de políticas públicas no Brasil.	Analisar conceitualmente as diversas maneiras de se pensar planejamento, particularmente com respeito a políticas públicas.	O processo de planejamento tem que ser visto como um processo que, com o tempo, leve à geração de confiança e aprendizado entre os diversos atores envolvidos na decisão para que se aprimorem na tomada de decisão conjunta.
<b>A12</b> RODRIGUES, M. B.	Diversidade, políticas públicas e administração de empresas.	2007	Reflexão teórica no campo da administração de empresas sobre diversidade e políticas públicas.	Discutir sobre inclusão social do ponto de vista produtivo, ou seja, quanto as pessoas diversamente hábeis são, ou podem ser integradas no mundo do trabalho.	A carência de educação de sujeitos com habilidades diversas no Brasil significa que uma parte considerável da população é deixada à própria sorte, sem estímulos ao desenvolvimento. Para tanto, é essencial entendermos os nossos significados para respeito, coletividade e inclusão.

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023).

Mediante a apresentação do Quadro 04, é perceptível que grande parte do quantitativo de estudos selecionados possuem seus métodos de pesquisas voltados para uma abordagem exploratória, buscando evidenciar seus respectivos achados com base nas revisões da literatura, sendo elas do tipo bibliográficas, críticas ou narrativas, existente sobre cada assunto específico. Para tanto, o Quadro 05, apresentado a seguir, resume as temáticas gerais abordadas em cada um dos artigos analisados.

**Quadro 5 - Temáticas específicas abordadas nos artigos integrados à RSL.**

ARTIGO	TEMÁTICA ESPECÍFICA	QUANTIDADE TOTAL
A1; A2; A4; A11.	Gestão de políticas públicas.	4
A6; A7; A8.	Envelhecimento e trabalho.	3
A5; A12.	Diversidade nas organizações.	2
A3	Impacto do capitalismo para a desigualdade.	1
A9	Impactos da transição demográfica na previdência social brasileira.	1
A10	Economia solidária e geração de renda.	1

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023).

Notoriamente, mediante os estudos integrados a esta Revisão Sistemática da Literatura, percebe-se que, no Brasil, as políticas ativas para o mercado de trabalho merecem maior atenção do poder público, já que as políticas existentes não fazem referência específica aos idosos. Uma vez que, estando envelhecendo a atual força de trabalho presente no mercado brasileiro, os governos e as organizações deverão saber como se adaptar a essa nova realidade, que se configura também em uma diversidade de gerações trabalhando conjuntamente no ambiente organizacional.

É então que o papel do Estado, que exerce sobre a sociedade o dever de garantia do bem-estar da população, ganha notoriedade através da análise e formulação das agendas que irão compor políticas benéficas para os indivíduos, como abordado nos estudos A1, A2, A4 e A11, que evidenciam o processo das políticas públicas, sua importância social e a relevância do debate quanto as necessidades populares, especificamente sobre a geração de emprego e renda (ALMEIDA; GOMES, 2018; CASSANDRE; SENGER; AMARAL; NETA, 2013; FARAH, 2006; OLIVEIRA, 2006).

Concomitante a isto, os estudos A5 e A12 trazem à tona os dilemas da diversidade presente nas organizações, que devem prezar pela inclusão das mulheres, negros, deficientes, população LGBTQIAP+ e, sobretudo, os idosos (FREITAS, 2010; RODRIGUES, 2007). Além disso, o estudo A3 faz referência justamente ao impacto que essa diversidade sofre ao ter as desigualdades reforçadas no âmbito capitalista (COSTANZI, 2005).

Vale ressaltar que, os artigos que apresentam abordagens englobadas na temática específica “Envelhecimento e trabalho” (A6, A7 e A8), fundamentaram seus métodos de pesquisa, respectivamente, nas revisões crítica, sistemática e meta-análise da literatura existente na área de Administração. Estes objetivaram, semelhantemente, caracterizar o envelhecimento no Brasil e analisar suas consequências para o mercado de trabalho e a política pública de emprego, mediante as evidências presentes na produção científica em Administração sobre o trabalho na terceira idade, apresentando as principais discussões quanto ao envelhecimento empreendidas para o campo do trabalho nas organizações. Já no que se refere aos principais resultados desses estudos, ressalta-se a afirmação de que não há um número significativo de estudos publicados nessa temática específica e, ainda, os autores concordam que dificilmente se encontra espaço no mercado de trabalho para os indivíduos idosos no Brasil, o que requer um planejamento para políticas de reinserção dessa população no âmbito do trabalho (GOMES; PAMPLONA, 2015; LIMA; HELAL, 2013; LOCATELLI; FONTOURA, 2013).

Por sua vez, o trabalho A9, publicado mais recentemente dentre os demais incluídos a esta RSL, é o único que faz referência direta ao processo de transição demográfica no Brasil e os seus impactos para as políticas da Previdência Social do país. Onde, mediante a utilização da técnica demográfica intitulada “padronização direta”, pode-se estimar, em números, como se dará o comportamento dos gastos previdenciários frente a uma população cada vez mais envelhecida, evidenciando o impacto sobre os gastos com benefícios concedidos do Regime Geral da Previdência Social. Constatando que uma das principais políticas públicas afetadas pelo envelhecimento populacional no Brasil é justamente o RGPS, por se basear no regime de repartição simples, que necessita da relação proporcional entre contribuintes e beneficiários para se sustentar (NASCIMENTO; DIÓGENES, 2020).

Destarte, os diversos autores abordam em seus achados sugestões, caminhos e exemplos de políticas que podem constituir uma melhoria do quadro atual referente à temática principal aqui estudada. Por exemplo, o estudo A10 destaca que a economia solidária pode constituir uma ferramenta primordial e indispensável para a geração de trabalho e renda. Tendo em vista que políticas voltadas para esta perspectiva representam importantes elementos formadores do processo de construção de um país mais democrático (NATIVIDADE; PEREIRA; OLIVEIRA, 2011).

## **5 DISCUSSÃO**

Nesta seção, serão abordados os aspectos e nuances apresentadas nos achados dos artigos incluídos a esta RSL, de modo a aprofundar a discussão sobre os objetivos estabelecidos para este trabalho, bem como fundamentar a resposta para a problemática estabelecida e apresentada na conclusão deste estudo.

### **5.1 As políticas públicas para o trabalho da pessoa idosa: vantagens e aplicabilidade**

As publicações que apresentam como temática específica questões relacionadas ao envelhecimento e trabalho, trazem em suas discussões a abordagem quanto a necessidade de promoção ativa de políticas de emprego, com o objetivo de proporcionar uma melhor distribuição de riqueza e de oportunidades de trabalho e renda para todos, principalmente para o público idoso. Uma vez que, de acordo com Gomes e Panplona (2015), dada a existência de um grupo de pessoas, a exemplo de idosos, dispostas a trabalhar e sem conseguir uma ocupação de maneira satisfatória, torna-se função da política pública de emprego contribuir para que estas necessidades sejam atendidas mediante agendas específicas orientadas para grupos desfavoravelmente posicionados, ou não posicionados, no mercado de trabalho.

Vale mencionar também o exposto quanto ao Sistema Nacional de Emprego (SINE), instrumento brasileiro implementado com o intuito de estruturar um sistema público de emprego eficiente, com benefícios múltiplos para a população. Porém, este sistema ainda possui deficiências refletidas pela baixa eficácia e desarticulação das medidas de alocação de mão-de-obra, de educação profissional, e de geração de emprego e renda para o público em geral. Atualmente, o SINE é financiado pelo Fundo de Amparo do Trabalhador, e é fiscalizado e administrado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, representado pelo Governo, empregadores e trabalhadores (GOMES; PAMPLONA, 2015).

Ainda, sabe-se que, mesmo com o Estatuto do Idoso prevendo benefícios/estímulos às empresas privadas que admitam idosos, não é detalhado como de fato esses benefícios e estímulos efetivamente ocorreriam, se por meio de benefícios fiscais ou outros tipos de subsídios (ROCHA; DIAS, 2013). Neste contexto, as empresas, os idosos e o governo brasileiro poderiam obter benefícios com a criação de políticas efetivas tais como as praticadas pelos países integrantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.

Nestes países, que incluem Canadá, Austrália, Alemanha, Países Baixos, Reino Unido e Estados Unidos, as políticas de emprego voltadas para os trabalhadores que já atingiram a velhice são classificadas por cinco tipos principais: 1) Políticas contra a discriminação de idade e aposentadoria compulsória; 2) Política de alteração das idades para elegibilidade de pensões públicas; 3) Política para evitar rotas alternativas de aposentadoria; 4) Políticas ativas de mercado de trabalho; e, por fim, 5) Políticas flexíveis e de tempo parcial para o mercado de trabalho. Todos esses tipos de políticas adotadas objetivam o aumento na participação dos trabalhadores idosos no mercado de trabalho (GOMES; PAMPLONA, 2015 APUD COOKE, 2006).

Desta forma, as empresas poderiam se beneficiar de tais incentivos como a redução da sua carga tributária, a pessoa idosa teria a opção de manter ou aumentar sua renda ao decidir permanecer ou retornar para o mercado de trabalho. E, por fim, o Governo poderia minimizar seus custos com a prestação de serviço público relacionados à saúde ou à previdência social, já que os idosos voltariam para o *status* de ativo e talvez não dependeriam exclusivamente da ajuda pública (ROCHA; DIAS, 2013). Por outro lado, é notório que os países em desenvolvimento, como o Brasil, dispõem de menos recursos, quando comparados com países desenvolvidos, para serem focalizados e aplicados nas diversas áreas sociais. Concomitante a isso, a capacidade desses países de levar adiante e focalizar recursos essenciais para políticas públicas, de maneira geral, que tenham resultados efetivos é limitada (OLIVEIRA, 2006).

Porém, mediante o exposto, é notório que, se políticas públicas assertivas forem desenvolvidas/adequadas e direcionadas pelas instituições de poder para estes idosos, as mesmas podem tornar-se um fator propulsor do bem-estar da sociedade. A exemplo das políticas implementadas e praticadas nos países da OCDE, aqui já mencionadas, de fomento ao envelhecimento ativo através do emprego, podem resolver ou minimizar parte dos efeitos descritos como negativos ocasionados pelo processo de envelhecimento e, conseqüentemente, incentivar o crescimento econômico dos países.

## **5.2 Desafios para o trabalho da pessoa idosa: impactos e críticas suscitadas**

As diversas abordagens realizadas pelos autores citados nesta RSL destacam os desafios enfrentados por esta população no que se refere ao mercado de trabalho, por exemplo, Costanzi (2005) ressalta, em seu estudo sobre as novas formas de exploração do trabalho na sociedade capitalista e o seu impacto sobre a desigualdade, que a tradicional teoria econômica está focada, principalmente, nas diferenças produtivas dos trabalhadores, onde o indivíduo idoso passa a ter sua remuneração inferiorizada pelo motivo de que, sendo ele um idoso, será menos produtivo do que a força de trabalho mais jovem, implicando nas desigualdades salárias.

Em contra partida a isto, Farah (2006), em seu estudo que buscou identificar temáticas relevantes para análise no campo de estudos das políticas públicas de governos locais, enfatiza a importância dos direitos, políticas e programas dirigidos a alguns segmentos da população, tal como o segmento da idoso. Uma vez que, iniciativas dirigidas à terceira idade procuram integrar socialmente os idosos, articulando programas de apoio em setores específicos, sobretudo da área da saúde e atividades complementares que possibilitem o resgate da autoestima dessa população.

Isto posto, faz-se também necessário destacar as principais críticas realizadas por autores dos artigos inclusos nesta Revisão Sistemática da Literatura. Tais como a pouca quantidade de estudos encontramos na área das Ciências Sociais Aplicadas que fazem referência aos idosos em específico, o que suscita um fato curioso, pois se trata da geração cujos membros chegam a ocupar cargos mais elevados devido suas experiências adquiridas ao longo da vida, passando a selecionar e treinar sucessores, além de serem responsáveis pelo repasse da

cultura e memória das referidas organizações (FREITAS, 2015). Ainda, no que se refere ao entendimento sobre o próprio processo biológico do envelhecimento humano, Locatelli e Fontoura (2013) destacam que é possível identificar uma errônea associação entre envelhecimento e aposentadoria, ou ainda, entre idoso e aposentado, como se os termos fossem sinônimos.

Concomitante a isto, Lima e Helal (2013) discutiram sobre o sentido do trabalho atribuído pelos indivíduos idosos, quando suas atividades laborais são rompidas por eventualidades tais como doenças que os levam à invalidez, ressaltando a influência de aspectos sociais como a convivência e interação com outros indivíduos ao longo do período da velhice e o quanto o trabalho propicia qualidade de vida aos idosos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se implementar uma discussão que trouxe como perspectiva central as questões relacionadas a transição demográfica brasileira e as políticas públicas para o trabalho e previdência social que foram implementadas mediante a expectativa do rápido crescimento da população idosa no país, em virtude das constatadas quedas das taxas de mortalidade e fecundidade que refletiram fortemente na estrutura etária do Brasil.

Buscando responder a seguinte problemática: De que forma a literatura aborda as políticas públicas brasileiras ao passo em que são articuladas para atender às necessidades da pessoa idosa no âmbito do trabalho e previdência social? Identificou-se que os estudos e pesquisas acadêmicas das áreas de administração e gestão de políticas públicas, publicadas e disponíveis na literatura científica, apontam para a necessidade de uma melhor observância dos governos, nacional e estaduais, para a criação de políticas específicas para os indivíduos idosos de modo a incentivar o chamado envelhecimento ativo no mercado de trabalho. Ao adotar medidas tais como as executadas nos países integrantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, que buscam amenizar os impactos ocasionados por uma população em plena velhice maior que a população ativa no mercado, o Brasil possa encontrar caminhos para a manutenção de um sistema previdenciário sustentável que possui singular importância no cenário nacional.

Quanto ao objetivo geral de explicar a relação entre Estado, sociedade e as políticas públicas para o trabalho e previdência social no Brasil, notoriamente pode-se constatar a importância da entidade estatal que detém a prerrogativa de manutenção e criação de políticas que buscam atender os anseios sociais, na medida em que as necessidades são postas em evidência. Neste caso, as políticas para a pessoa idosa no âmbito do mercado de trabalho brasileiro continuam tomando importante espaço nas discussões que evidenciam a inevitável situação do envelhecimento populacional que, atreladas aos debates sobre a sustentabilidade do sistema previdenciário nacional, constituem urgência na tomada de decisões e implementação de medidas com vistas a evitar um colapso das contas públicas com a continuidade dos crescentes *déficits* contatados na previdência.

Ainda, para este estudo foram identificadas algumas restrições, de modo que se recomenda, para futuras pesquisas, a análise das medidas e políticas adotadas frente ao envelhecimento populacional em outros países da América do Sul tais como Argentina, Chile e Uruguai, com o intuito de confirmar que o Brasil segue uma tendência global.

Conclui-se assim que, considerando o fato de que o envelhecimento populacional brasileiro tornou-se um processo consolidado e provavelmente irreversível, a criação de políticas específicas para o indivíduo idoso no mercado de trabalho e a necessidade de ajustes e reformas previdenciárias devem estar no centro das agendas dos agentes públicos, balizadas pelo comportamento de mudança na estrutura etária do Brasil. Destaca-se ainda que, com base

na experiência dos países europeus, nenhuma política ou reforma trará solução definitiva para o sistema previdenciário brasileiro, sendo indispensável a contínua avaliação e revisão das medidas, considerando a ampla participação da sociedade civil nas discussões com os agentes públicos envolvidos, de modo que se garanta sustentabilidade para essa importante ferramenta de seguridade e bem-estar social.

Por fim, reitera-se a importância da pesquisa que concretizou este presente estudo que constitui valiosa contribuição para a comunidade acadêmica envolta na área das Ciências Sociais Aplicadas, para os entes públicos e toda a sociedade civil interessada na temática ao abordar conteúdos necessários que levam à reflexão ao sugerir mudanças e melhorias que contribuem para com o bem-estar da população brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. A. G.; GOMES, R. C. Processo das políticas públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas. **Cadernos EBAPE.BR**. v. 16, n. 3, p. 444-455, 2018.

ALVES, G. **O trabalho envelhecido**: as contradições metabólicas do capital no século XXI. Vol.1. Marília-SP: Praxis, 2021.

BELTRÃO, K.I.; CAMARANO, A. A. K. S. **Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX**. Rio de Janeiro: IPEA; 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nos 1/1992 a 92,2016, pelo Decreto legislativo no 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão nos 1 a 6/1994. -49. ed. -Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc41.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc41.htm). Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Emenda Constitucional n. 47, de 05 de julho de 2005**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc47.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc47.htm). Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc47.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc47.htm). Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 5 jan. 1994.

BRASIL. **Lei no 13.134, de 16 de junho de 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13134.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13134.htm). Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

BRASIL. **Lei no 13.135, de 17 de junho de 2015**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113135.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113135.htm). Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

BRASIL. **Lei no 13.183, de 04 de novembro de 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13183.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13183.htm). Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**. 2. ed. rev. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

BRITO, F. **A transição demográfica no Brasil**: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade. CEDEPLAR, Belo Horizonte/MG, 2007.

CAMARANO, A. A. **Os Novos Idosos Brasileiros**: Muito Além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CARVALHO, J. A. M.; GARCIA, R. A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Cadernos de Saúde Pública**, 2003; v. 19, n. 3, p.725-733, 2003.

CASSANDRE, M. P.; SENGER, C. M.; AMARAL, W. R.; NETA, E. V. F. Políticas públicas para a geração de trabalho e renda: economia solidária no paradoxo entre oportunidade e oportunismo. **Gestão e Sociedade**, v. 7, n. 17, p. 167-185, 2013.

CERRÃO, N. G.; CASTRO, F. F.; JESUS, A. F. O método de revisão sistemática da literatura (RS) na área da Ciência da Informação no Brasil: análise de dados de pesquisa. **Informação & Tecnologia (ITEC)**, Marília/João Pessoa, v.5, n.1, jan./jun. 2018.

COOKE, M. *Policy changes and the labour force participation of older workers: Evidence from six countries*. **Canadian Journal on Aging**, ed. 25, v.4, p. 387-400, 2006.

COSTANZI, R. N. As novas formas de exploração do trabalho no capitalismo contemporâneo e as políticas públicas de combate à desigualdade. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 1, p. 37-55, 2005.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas – Princípios, Propósitos e Processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

FARAH, M. F. S. Temas emergentes em gestão e políticas públicas: tendências gerais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 11, n. 48, p. 43-65, 2006.

FREITAS, M. E. Contexto, políticas públicas e práticas empresariais no tratamento da diversidade no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 4, n. 3, p. 87-135, 2015.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. LOGEION: **Filosofia da informação**. v. 6 n. 1, p.57-73, set.2019/fev. 2020.

GRANDO, J. B.; STURZA, J. M. A sociedade e os idosos: perspectivas sob o olhar dos direitos fundamentais e sociais. **Revista Kairós Gerontologia**, 19(Número Especial 22, “Envelhecimento e Velhice”), pp. 341-364. ISSN 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP. 2016.

GOMES, P. S.; PAMPLONA, J. B. Envelhecimento Populacional, Mercado de Trabalho e Política Pública de Emprego no Brasil. **Revista Economia & Gestão**, v. 15, n. 41, p. 206-230, 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeções da população: Brasil e unidades da federação: revisão 2018**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. – 2. ed. - Rio de Janeiro, 2018.

LIMA, T. B.; HELAL, D. H. Trabalho na terceira idade: uma revisão sistemática da literatura brasileira entre 2008 e 2012. **Gestão e Sociedade**, v. 7, n. 18, p. 369-394, 2013.

LOCATELLI, P. A. P. C.; FONTOURA, D. D. S. Envelhecimento populacional e os estudos em Administração. **Gestão e Sociedade**, v. 7, n. 17, p. 273-300, 2013.

MAXIMIANO; A. C. A. **Gestão Pública: abordagem integrada da Administração e do Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2020.

NASCIMENTO, M. V.; DIÓGENES, V. H. D. Transição Demográfica no Brasil: Um Estudo sobre o Impacto do Envelhecimento Populacional na Previdência Social. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 8, n. 1, p. 40-61, 2020.

NATIVIDADE, E. A.; PEREIRA, J. R.; OLIVEIRA, V. A. R. Gestão social de políticas públicas de geração de trabalho e renda: uma reflexão por meio das ações da secretaria nacional de economia solidária. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 1-22, 2011.

OLIVEIRA, J. A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**. v. 40, n. 2, p. 273-287. 2006.

RODRIGUES, M. B. Diversidade, políticas públicas e administração de empresas. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 6, n. 1, p. 65-76, 2007.

ROCHA, S. M. C.; DIAS, R. Q. As políticas públicas voltadas para a efetividade do direito ao trabalho do idoso. **Revista Jurídica**, v.1, n.30, 2013.

SANTOS, M. S.; NASCIMENTO, M. B. **O envelhecimento populacional na sociedade capitalista**. Temporalis, Brasília (DF), n. 39, p. 163-176, jan./jun. 2020.

SATO, A. T.; LANCMAN, S. Políticas públicas e a inserção da pessoa idosa no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 23, n. 06, 2020.

SECRETARIA DA PREVIDÊNCIA. **Ministério Da Economia**. 2019. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

SILVA, M. L. L. **Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, D. G. P. **Benefícios Previdenciários no RPPS**. 2013. Disponível em: <http://www.sbcprev.saobernardo.sp.gov.br/atualiza/docs/delubio.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

WARD; USHER-SMITH; GRIFFIN. *How to produce a systematic review*. InnovAiT. 2019. [In press].

WHO. *Active Ageing – A Policy Framework. A Contribution of the World Health Organization to the second United Nations World Assembly on Aging*. Madrid, Spain, April, 2002.

WYATT, J; GULY, H. Identificando a questão de pesquisa e planejando o projeto. *Emerg Med J*. Julho, 2002.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

**Identificação do Tipo de Documento**

- ( ) Tese  
 ( ) Dissertação  
 ( ) Monografia  
 ( X ) Artigo

Eu, ALMIR GABRIEL DA SILVA FONSECA,  
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de  
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,  
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação  
TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TRABALHO E  
 PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA  
 de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título  
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 31 de MARÇO de 2023.

ALMIR GABRIEL DA SILVA FONSECA

Assinatura

Assinatura